
Caderno de memórias coloniais: corpo, linguagem, inacabamento

Caderno de memórias coloniais: *body,
language, unfinishment*

Madalena Vaz Pinto

Faculdade de Formação de Professores
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

DOI

<https://doi.org/10.37508/rcl.2022.n47a481>

RESUMO

O presente artigo propõe algumas reflexões sobre *Caderno de memórias coloniais* de Isabela Figueiredo (2009). Embora narrado em primeira pessoa e apoiado na coincidência entre autora-narradora-personagem, o romance problematiza o mito da verdade testemunhal e assume a importância da construção ficcional. A ambivalência da memória atravessada por afetos contraditórios desdobra-se no romance junto à recusa de modelos de inteligibilidade acabados e definitivos. Deste modo, permite conservar os acontecimentos como marcas vivas, passíveis de revisitação e releitura, afastando o impulso arquivista da história.

PALAVRAS-CHAVE: Ficção; testemunho; memória; ambivalência.

ABSTRACT

The article reflects on Isabela Figueiredo's *Caderno de memórias coloniais*. Although written in the first person, linking author-narrator-character, the romance criticizes the myth of testimonial truth, introducing fictional

construction in its process. The ambivalence of memory touched by contradictory affects develops itself in the problematization of finished regimes of intelligibility. Therefore, it tries to preserve existential inscriptions inside the events, that are always revisited and reread, avoiding the archivist impulse of history.

KEYWORDS: Ficcion; testimony; memorie; ambivalence.

Em Portugal tudo demora muito tempo a mudar.

Caderno de memórias coloniais

Isabela Figueiredo

1. Ambivalência, complexidade

O que distingue *Caderno de memórias coloniais* de outras narrativas sobre a experiência portuguesa em África é a sua ambivalência constitutiva: um relato filial de amor incondicional e a constatação de que o objeto desse amor é um homem imperfeito, injusto, racista. É no corpo de Isabela que esta ambivalência como manifestação contraditória de afetos se manifesta. Em um primeiro momento, nas sensações de seu corpo de criança; em seguida, na possibilidade de articulação dessa experiência via linguagem, quando a sensação se amplia para a percepção de seus efeitos.

Acontece que essa ambivalência ultrapassa o âmbito da experiência familiar de colonos portugueses em África e contamina o problema mais amplo das relações pós-coloniais entre Portugal e as ex-colônias, revestindo-o de uma complexidade convincente e verossímil, condizente com os afetos em conflito presentes hoje, no debate sobre o colonialismo português. Por essa razão, *Caderno de memórias coloniais* só pode ser um texto inacabado, quer no que toca à experiência relatada da autora-narradora-personagem, quer

no modo como continua a reverberar coletivamente, no contexto pós-colonial português:

O *Caderno de memórias coloniais* nunca está acabado em mim. A minha vida e o Caderno confundem-se (...) Há sempre alguma história que me vem à cabeça e que lamento não ter incluído na narrativa. (FIGUEIREDO, 2018, p. 177).

Venham falar-me no colonialismo suavezinho dos portugueses... Venham contar-me a história da carochinha.

As pessoas não mudam. Um branco que viveu o colonialismo será um branco que viveu o colonialismo até ao dia de sua morte. E toda a minha verdade será para eles uma traição. (FIGUEIREDO, 2018, p. 164-165).

Caderno de memórias coloniais. O título imprime de saída uma tensão ao juntar termos em princípio excludentes, “caderno” e “memórias”. Afasta desde logo o mito da verdade testemunhal e acentua o caráter de construção ficcional como possibilidade de perscrutar a experiência por ângulos incomuns,

o livro também ficciona para dizer a verdade, esse outro grande paradoxo da literatura. Pode esperar-se que os factos relatados correspondam ao que foi testemunhado, vivido e sentido, não que sejam um relato literal isento de trabalho literário. (FIGUEIREDO, 2018, p. 10).

Também a estrutura narrativa, fragmentada, heterogênea e porosa, com entradas e saídas, acréscimos e rearranjos feitos de uma edição para outra,¹ problematiza leituras que tendem a desvalorizar, no dis-

1 Da 1ª ed. portuguesa, Angelus Novus (2009), para a 2ª ed. portuguesa, Caminho (2015), foram acrescentados três textos: *Palavras prévias*, da autora; *Sobre Caderno de memórias coloniais*, de Paulina Chiziane; *Sobre Caderno de memó-*

curso literário, seus modos mais insidiosos e persistentes de dizer, apoiando-se numa suposta validade referencial.² Esta heterogeneidade de raiz não só imprime ao texto um modo de leitura sobressaltada, como dificulta qualquer definição fixa do *Caderno*. Onde acomodar esta narrativa? Sob que definição? Escritas do eu? Literatura de mulheres? Literatura pós-colonial? Talvez importe menos situar o texto, arrumá-lo em um gênero definitivo, e antes enfatizar sua indecibilidade radical como potencial abertura a insuspeitadas leituras. O perigo maior é resumi-lo ao relato histórico, pois se a situação histórica desempenha um papel determinante nos acontecimentos narrados, a concentração nesse único aspecto acaba por minimizar o conflito existencial apresentado e o papel da linguagem literária como forma de elaboração de sentido para além do pano de fundo da história. Lidadas por um viés que procura privilegiar o conflito presente no texto literário, as narrativas apresentam-se mais complexas, densas, sem desfechos simplistas ou resoluções fáceis, a demandar sempre outras leituras. No caso do *Caderno de memórias coloniais*, a própria narrativa parece requerer essa complexidade e afastar leituras unilaterais, como se pode ler em “Palavras prévias”:

Mas o caderno transcende as questões de poder colonial, racial, social e de gênero, transformando-se, também, numa narrativa de amor filial, conturbado e indestrutível. (FIGUEIREDO, 2018, p. 9).

rias coloniais, de José Gil; a edição brasileira inclui, além destes, o texto *O meu corpo e o dele*.

2 Sobre esse aspecto ler a conversa entre a autora e Luciana Araújo Marques publicada na revista *Pessoa*, na coluna *D(e)screver leituras*, publicada em 17.07.2018. Disponível em: <https://www.revistapessoa.com/autor/149/luciana-araujo-marques>.

O modo de aproximação deste texto requer, portanto, escolher entre uma abordagem focada na comprovação histórica, enfatizando suas coincidências com a ocorrência de acontecimentos factuais, ou manter e sustentar sua ambivalência testemunhal, apostando no valor da ficção como possibilidade de expor conflitos e colocar problemas, sem a obrigatoriedade de oferecer modelos de inteligibilidade acabados e definitivos. No caso de leituras que apostam na diminuição do caráter ficcional em prol de uma maior aproximação com a história, fazem-no, também, por não considerarem, na história, o seu caráter “ficcional”.³ Ou seja, por não levarem em consideração que ambos os discursos se valem da linguagem e, por isso, de um alto grau de diferimento do “real”, real esse, aliás, não captável em sua totalidade e sempre resultado de um perspectivismo fragmentado. Não é caso do *Caderno*. Nas “Palavras prévias” acrescentadas à 2ª edição e já citadas, lê-se: “Pode esperar-se que os factos relatados correspondam ao que foi testemunhado, vivido e sentido, não que sejam um relato literal isento de trabalho literário.” (FIGUEIREDO, 2018, p. 10).

A relação entre autor ficcional e autor empírico é aqui determinante, encaminhando-se para o que Philippe Lejeune definiu como “Pacto autobiográfico”. Estamos diante de uma narrativa em primeira pessoa e da coincidência entre essa primeira pessoa, a narradora e a autora do livro. Não se trata de uma “estratégia” narrativa, mas da base que lhe dá sustentação. É, portanto, diferente do uso recorrente

3 O historiador norte-americano Hayden White refletiu sobre o tema em vários de seus textos. Ver por exemplo *Discurso narrativo e representação da história* e entrevista dada a Bernardo Carvalho *Para White, história recalçou poesia*, para a *Folha de S. Paulo*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/9/11/mais!/8.html>. Também os historiadores da chamada Nova História - Georges Duby, Jacques Le Goff, Emmanuel Le Roy Ladurie, entre outros - defenderam a escrita da história como uma forma de criação da qual a seleção e a arte de escrever fazem parte.

da primeira pessoa em autores portugueses como Vergílio Ferreira e Lobo Antunes, nos quais o narrador autodiegético tem como função principal a quebra do pacto-realista, deixando o leitor suspenso entre a credibilidade e a desconfiança. Trata-se, além disso, de narrativas que se apoiam na distância temporal entre o passado da história, acabado, e o presente da narração. No que toca ao *Caderno de memórias coloniais*, a diferença é que o passado não acabou, continuando a reverberar no presente.

Ao se referir à literatura portuguesa da década 1990-2000, Luís Mourão (2002, p. 509-510) sublinhava como traços principais o fim da “questão da identidade nacional” e do “modo de ser português”, substituídos por uma “ênfase nos problemas do self”. Cada vez mais parecido com seus vizinhos europeus, Portugal apresentava uma ampla classe média, urbana e cosmopolita, com padrões de vida equivalentes. Neste panorama de bem-estar social, a literatura adotava um tom menos engajado e reivindicativo, e os temas tendiam a girar em torno de questões do eu, não sem uma melancolia gerada pela ausência de investimento político e estreitamento do horizonte de futuro. Ora, o que o *Caderno de memórias coloniais* parece recolocar, (e não só ele, como boa parte da literatura produzida por retornados e descendentes) é o retorno do “problema da identidade” indissociável, por sua vez, do “problema da habitação”⁴, no sentido da existência de corpos (ainda) sem lugar, como muitos dos retornados, como o corpo de Isabela. Referimo-nos à recepção negativa aos retornados por parte dos portugueses durante o processo de descolonização e, em muitos casos, da persistência desse desconforto apesar do tempo decorrido.

Falar do racismo praticado pelos colonos portugueses em África do

4 *Problema da habitação* (1962) é o título de um livro de poemas do poeta português Ruy Belo (1933-1978).

ponto de vista de quem o praticou – ainda que por interpostas pessoas –, incluir-se nele, situa este romance em um lugar particular também na literatura portuguesa sobre a experiência portuguesa em África. Se é correto afirmar que textos anteriores como *Partes de África*, de Helder Macedo (1991), e *Esplendor de Portugal* (1997), de António Lobo Antunes, assinalam uma “viragem essencial na tomada de consciência pós-colonial” (CALAFATE, 2013, p. 1), é possível constatar que a sociedade portuguesa ainda tem fortes resistências em relação à crítica do colonialismo.

Neste sentido, são eloquentes as passagens em que a autora relata a recepção ao *Caderno*, sucesso de crítica e de público, apesar da resistência por parte de retornados saudosistas, interessados em desacreditá-lo, alegando a tenra idade da autora e sua baixa condição social apartada dos centros de decisão.

As vozes caíram mal e caíram bem, dependendo do receptor, como era esperado. O que foi publicado, em 2009, sobre a vida branca em Lourenço Marques, provocou discussão, e não agradou a um segmento saudosista de retornados, mesmo entre aqueles que viveram essa discriminação a um certo grau. (FIGUEIREDO, 2018, p. 9).

Essa posição excêntrica em relação à elite, por outro lado, parece ter sido justamente o que permitiu à narradora e sua família uma vida menos coagida por aparências e proibições e um convívio mais direto com os africanos. Isabela frequentava a escola, tinha colegas negros, brincava na rua. É a partir desse contato que as sensações começam a tomar forma e o corpo de Isabela começa a transformar-se numa “caixa de ressonância” (GIL, 2014, p. 21) de afetos em conflito.

2. Corpo, linguagem

O lugar central que o corpo ocupa nesta narrativa também contribui para lhe conferir um lugar particular na literatura portuguesa. Como afirmou Ana Luísa Amaral, “Aqui, é como se o mapa do corpo coincidissem com o mapa do império” (AMARAL, 2010, p. 1). Ainda sem linguagem, Isabela sente e observa. O corpo dela e o dos outros. As diferenças. As liberdades e os interditos. O corpo como lugar do desejo, o corpo como espaço de poder. O corpo dos portugueses, o corpo dos africanos; os corpos dos homens, os corpos das mulheres. O corpo do pai, o corpo da mãe: “o corpo da minha mãe era geométrico e seco. Não tinha autorização para lhe tocar [...]. O corpo do meu pai, pelo contrário, [...], revelava-se uma colina cheia de arbustos e vegetação à qual eu podia trepar, e sentir, cheirar [...]” (FIGUEIREDO, 2018, p. 161-162).

Cabe lembrar que África também foi, para muitos portugueses, um convite ao desbloqueio dos corpos. Para isso contribuiu a presença de um estado diminuto e a sensação de liberdade que daí decorria, em contraste com a atmosfera da ditadura moralista e castradora vivida na metrópole; contribuiu também o convívio com os africanos e seus modos menos culpabilizados de sentir, além do apelo aos sentidos de um clima tropical e de uma natureza em excesso. A relação de amor filial descrita em *Caderno de memórias* pode ser vivida com tamanha intensidade pelo acolhimento que Isabela encontrou no corpo “livre” do pai, a salvo das constrições da metrópole.

Mas, para perceber, não bastou sentir e presenciar. Foi preciso transformar em linguagem. O percurso da narradora coincide com a progressiva percepção e articulação dessa intrincada rede de relações. Tentar recuperar esse tempo de sensações cruas, transmiti-las via linguagem sem omiti-las ou deturpá-las, esse, sim, foi o trabalho maior deste texto.

Não havia como falar sobre as coisas que me interpelavam, nome-

adamente as que juntavam e separavam um ser humano de outro. Não existia essa linguagem nem discurso. Ninguém era capaz de me explicar.

Não ter compreendido. Tudo começou aí. (FIGUEIREDO, 2018, p. 8).

Como pensar a linguagem em sua vertente de construção literária a partir do corpo como núcleo detonador? Que “verdade” é essa que o corpo pode trazer? “Todas as crianças trazem a verdade imediatamente no corpo e nos afetos, quando não a recobriram ainda com o texto dos adultos”, escreve José Gil, no prefácio (GIL, 2014, p. 21). Como recuperar a memória corporal deste primeiro corpo de “sensações infinitamente vibráteis e virgens de uma menina” (GIL, 2014, p. 21) para chegar ao trabalho da forma, da depuração e reconstrução das palavras, para fazer com elas a evocação brutal do colonialismo português? Limpa de adjetivos e reduzida ao essencial, a linguagem adquire neste texto um poder máximo de afetar, permitindo que dela resulte não uma verdade, mas um conjunto de afetos que atingem quem o lê, e o levam a experienciar a realidade colonial desaparecida. Para chegar à escrita, porém, foi preciso percorrer um longo caminho.

A grande, certamente a maior das transformações, como descrito pela narradora, foi ter aprendido a ler: “Foi quando, devagar, comecei a tornar-me a pior inimiga do meu pai. A inimiga lá dentro, calada. Que vê e escuta sem ter pedido autorização, porque está incluída, porque faz parte. Foi quando comecei a tornar-me a toupeira” (FIGUEIREDO, 2018, p. 83). Quando o tempo dos brancos acabou, “A vida de um branco em Lourenço Marques tinha-se tornado um jogo de sorte ou azar” (FIGUEIREDO, 2018, p. 111), Isabela já não era a menina obediente apaixonada pelo pai. Havia, então, os livros, as histórias, outros mundos possíveis. Quando chega a notícia da revolução democrática em Portugal e a vida em Moçambique começa a mudar, Isabela já era uma dissidente: “O meu pai

não me dobrou. Escapei-lhe” (FIGUEIREDO, 2018, p. 145). Quando a cabeça dos brancos começa a rolar, e Isabela é mandada para Portugal, sozinha, para viver com a avó, o recado dado pelos pais já não era o dela: “agora lá são muito amiguinhos dos pretos, mas tu vais explicar-lhes que isto não é como pensam. Defendem-nos, mas ninguém fala do que fazem os pretinhos... Contas tintim por tintim os massacres de setembro. Contas o que nos aconteceu...” (FIGUEIREDO, 2018, p. 113). “Nunca entreguei a mensagem de que fui portadora” (FIGUEIREDO, 2018, p. 132).

Em Portugal, terra de onde o pai tinha saído para não voltar, entregue aos cuidados de uma avó pobre e debilitada, Isabela experimentaria mais uma vez a diferença, os insultos dos colegas na escola, desta vez por ser retornada.

Divertiam-se a mofar connosco, atirando-nos à cara que estava difícil, pois estava, que ali não havia pretinhos para nos lavarem os pés e o rabinho que tínhamos de trabalhar, os preguiçosos de merda que nunca fizeram a ponta de um corno pela vida, que nunca souberam o que era construir uma vida e perdê-la, os tristes, os pequeninos, os conformados. Sabiam lá eles o que eram os pretos, e o que éramos nós e o que tínhamos acabado de viver, cobardes, filhos de uma puta brava.” (FIGUEIREDO, 2018, p. 157).

Como se disse no começo deste texto, *Caderno de memórias coloniais* permite pensar a ambivalência também do ponto de vista das relações pós-coloniais entre Portugal e as ex-colônias, países cujas histórias se encontraram e misturaram de modo indissociável. Movimentos de afastamento ou reaproximação vão implicar reposicionamentos de ambos os lados. As relações de poder em que se fundaram, racistas e escravocratas, criaram uma demanda urgente por um ajuste de contas, uma “história” cruelmente viva no momento presente. E esse ajuste de contas tem como ponto de partida um aspec-

to fundamental: há uma história comum, a intenção é criar futuro juntos, não separados, ideia reforçada pela escritora moçambicana Paulina Chiziane: “Colonos e colonizados tivemos um encontro histórico que hoje estamos a analisar. Guerreámo-nos. Matámo-nos. Odiámo-nos e amámo-nos. Construímos juntos e construímó-nos mutuamente, para o bem e para o mal. Esta é que é a verdadeira história. O resto são fantasias. Tretas.” (CHIZIANE, 2018, p. 13).

3. Negação, construção

Este livro foi publicado em Portugal, em 2009, em um cenário político, social e cultural mais predisposto a um trabalho de revisão e crítica do passado colonial português. Digamos que esse passado já se encontrava atravessado por rachaduras e fendas que faziam gaguejar o discurso branco e o insistente branqueamento sustentado pelos bons costumes. Mas resta muito por fazer, e a prova irrefutável disso é a persistência das enormes diferenças no interior da sociedade portuguesa entre brancos e negros. Como se afirma em pesquisa recente: “Esta relação de invisibilidade, de silenciamento sistemático, de discriminação activa da população negra em Portugal tem suas raízes no processo de colonização e escravatura, do qual o Brasil também ainda hoje sente os seus efeitos.” (HENRIQUES, 2017, p. 9). Tudo deverá começar por um ajuste no discurso, por uma revisão, por uma tomada de consciência coletiva. A eleição de três mulheres negras para o parlamento português nas recentes eleições é sem dúvida um sinal positivo que se espera que reverbere e se amplie⁵. Isabela Figueiredo percebeu isso,

⁵ Joacine Katar Moreira, Beatriz Gomes Dias e Romualda Fernandes foram eleitas nas últimas eleições legislativas de 2019.

A minha perplexidade, pré e pós Caderno, continua a bater no mesmo ponto da ‘intriga pós-colonial’: se todos vivemos o mesmo, no mesmo local e época, como posso só eu ter visto e sentido o que escapou aos outros? Porque foi escolha minha, prioritária, lembrá-lo? (FIGUEIREDO, 2018, p. 8).

Um livro que no final volta ao princípio, ao reafirmar o amor incondicional pelo pai, depois da expurgação e do perdão: “O Caderno existe por ele e para ele. Foi uma das minhas lições, e esta obra é a carta que quis deixar-lhe.” (FIGUEIREDO, 2018, p. 8).

Este texto é uma prova de que a experiência da recusa do racismo se inscreveu na existência de Isabela e a modificou. Por que só nela? Voltamos aqui ao reafirmado problema da não-inscrição como marca ativa da cultura portuguesa, quer como imagem irreal de si, quer no plano da existência individual (GIL, 2005, p. 15; LOURENÇO, 2013, p. 23). Exemplos recentes são a transição pacífica entre ditadura salazarista e regime democrático e a não assumpção da prática do racismo como base da estrutura colonial. Quase não houve condenados, não houve prisões, o velho infiltrou-se no novo sem conflitos e rupturas significativas, a vida continuou quase como antes, na convivência de ideias inconciliáveis, enquanto inscrição pressupõe afirmação, decisão, sustentar os cortes e rupturas que a implicam.

Ao ter escolhido o caminho da ficção, e não o do discurso documental, *Caderno de memórias* abre-se para a pluralidade de leituras aumentando a complexidade da verdade factual, tornando-a mais viva, mais ambivalente, mais política. O racismo só pode ser combatido quando for reconhecido e, se já é possível identificar movimentos nesse sentido, há muito ainda a ser feito. Enquanto isso, a literatura faz o que tem a fazer. *Caderno de memórias coloniais* está escrito e existe para conservar os acontecimentos como marcas vivas, passíveis de revisitação e releitura, e afastar o impulso arquivista da história.

RECEBIDO: 18/12/2021 **APROVADO:** 29/04/2022

REFERÊNCIAS

AMARAL, Ana Luísa. Sobre o “Caderno de memórias coloniais”. Disponível em: <https://angnovus.wordpress.com/2010/03/18/ana-luisa-amaral-sobre-o-%C2%ABcaderno-de-memorias-coloniais%C2%BB/>. Acesso em: 23 set. 2020.

CHIZIANE, Paulina. Sobre Caderno de memórias coloniais. In: FIGUEIREDO, Isabela. *Caderno de memórias coloniais*. São Paulo: Todavia, 2018, p. 13-19.

FIGUEIREDO, Isabela. *Caderno de memórias coloniais*. São Paulo: Todavia, 2018.

GIL, José. *Portugal hoje, o medo de existir*. Lisboa: Relógio d'Água, 2005.

_____. Sobre Caderno de memórias coloniais. In: FIGUEIREDO, Isabela. *Caderno de memórias coloniais*. São Paulo: Todavia, 2018, p. 21-24.

HENRIQUES, Joana Gorjão. *Racismo em português*. O lado esquecido do colonialismo. Rio de Janeiro: Tinta da china, 2017.

LEJEUNE, Philippe. *O pacto autobiográfico*. De Rousseau à internet, 2a. ed. Trad. e org. Jovita Maria Gerheim Noronha. Belo Horizonte: UFMG, 2014.

LOURENÇO, Eduardo. *O labirinto da saudade*. Lisboa: Dom Quixote, 1988.

MOURÃO, Luís. Ficção dos anos 90. In: LOPES, Óscar; MARINHO, Fátima (Orgs). *História da literatura portuguesa*. As correntes contemporâneas. Lisboa: Publicações Alfa, 2002.

RIBEIRO, Margarida Calafate. Notas sobre Caderno de memórias coloniais. Disponível em: www.ces.uc.pt/myces/userfiles/livros/1047 Acesso em: 12 jun. 2020.

MINICURRÍCULO

MADALENA VAZ PINTO é licenciada em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/Rio) onde também concluiu o mestrado e o doutorado em Letras. Atualmente é professora associada da Faculdade de Formação de Professores da Uerj e professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística PPLIN da FFP. Organizou o livro *Gonçalo M. Tavares: Ensaios, aproximações, entrevista* (Oficina Raquel, 2018) e é autora de artigos em livros e revistas da área.